

O Plágio Sutil da Pirataria Intelectual

Autoria

Marcelo de Souza Bispo - marcelodesouzabispo@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA / UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Almir Martins Vieira - almir.vieira@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas - PPGA / Mackenzie - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o conceito de Pirataria Intelectual e suas consequências de caráter ético-legal e formativo no campo acadêmico da administração. Trata-se de um ensaio sobre uma prática identificada pelos autores, mas pouco discutida no meio acadêmico. A Pirataria Intelectual é uma modalidade sutil de plágio que normalmente não é identificada por softwares. Trata-se da prática de copiar uma sistematização teórica ou ideia produzida por outra pessoa, sem citá-la. Tal prática se torna evidente não pela cópia de palavras ou frases, mas pela utilização de um conjunto de autores (até mesmo citações) utilizados em outro trabalho, como se as escolhas e a sistematização teórica fossem originais. Concluímos que a Pirataria Intelectual não se trata apenas de um problema ético-legal, mas é também reflexo de deficiências na formação de pesquisadores em relação a aspectos como autoria, originalidade, teorização e teoria no fazer científico.

O Plágio Sutil da Pirataria Intelectual

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o conceito de Pirataria Intelectual e suas consequências de caráter ético-legal e formativo no campo acadêmico da administração. Trata-se de um ensaio sobre uma prática identificada pelos autores, mas pouco discutida no meio acadêmico. A Pirataria Intelectual é uma modalidade sutil de plágio que normalmente não é identificada por *softwares*. Trata-se da prática de copiar uma sistematização teórica ou ideia produzida por outra pessoa, sem citá-la. Tal prática se torna evidente não pela cópia de palavras ou frases, mas pela utilização de um conjunto de autores (até mesmo citações) utilizados em outro trabalho, como se as escolhas e a sistematização teórica fossem originais. Concluímos que a Pirataria Intelectual não se trata apenas de um problema ético-legal, mas é também reflexo de deficiências na formação de pesquisadores em relação a aspectos como autoria, originalidade, teorização e teoria no fazer científico.

Palavras-chave: Pirataria Intelectual; Plágio; Má Conduta Acadêmica; Práticas Questionáveis de Pesquisa; Formação de Pesquisadores.

Introdução

Integridade e má conduta acadêmica estão sempre presentes nos debates do campo científico (Caldwell, 2010; Harley, Faems & Corbett, 2014; Fanelli, Costas & Larviere, 2015; Fraser, Parker, Nakagawa, Barnett & Fidler, 2018; Bettaieb, Alawad & Malek, 2022; Patel, 2022). Pesquisas falsificadas com fabricação de dados e distorção dos resultados, publicação de artigos com a mesma base de dados, autoria falsa e as múltiplas formas de plágio compõem o amplo espectro do que pode ser considerado prática questionável de pesquisa ou de má conduta (Harley, Faems & Corbett, 2014; Tourish & Craig, 2020). Apesar dos antigos e extensos debates sobre práticas questionáveis de pesquisa e má conduta acadêmica (Caldwell, 2010), o tema continua merecendo reflexões e oportunizando novas perspectivas.

Neste artigo, o nosso foco está na prática do plágio, que pode ser entendido como o ato de copiar as ideias ou palavras de outra pessoa e apresentá-las como próprias sem dar crédito à fonte original (Berlinck, 2011; Bettaieb, Alawad & Malek, 2022). O plágio é uma prática deletéria, especialmente no contexto acadêmico, no qual os pesquisadores avançam o conhecimento construindo sobre as obras de outros colegas (Lewis, Duchac & Beets, 2011). O plágio que tratamos aqui tem caráter sutil e costuma passar despercebido por pesquisadores, editores e revisores, uma vez que não é facilmente identificado em programas detectores de plágio. Trata-se do que Irigaray (2020) denominou de Pirataria Intelectual (PI), que envolve plagiar elementos sutis relacionados tanto à sequência lógica quanto ao encadeamento do raciocínio do autor, sem citá-lo.

É possível notar que a Pirataria Intelectual não se trata de um plágio grotesco, mas refinado. Diferente do que muitos acadêmicos costumam argumentar, não se trata de um plágio cometido por estudantes ou apenas por eles. Plágios refinados são usualmente cometidos ou liderados por pesquisadores sêniores (Honig & Bedi, 2012). As justificativas para esse tipo de plágio variam desde características individuais de caráter até outras relacionadas a aspectos culturais e institucionais (como do *publish or perish*, por exemplo).

Assim, nosso objetivo é aprofundar a noção de Pirataria Intelectual e suas implicações para o meio acadêmico, uma vez que Irigaray (2020) apenas ofereceu

algumas pistas em seu editorial sobre essa modalidade de plágio. A motivação para a escrita do texto está motivada na percepção do aumento da incidência de trabalhos (artigos, dissertações e teses) que utilizam estruturas teóricas e conceituais já organizadas por outros acadêmicos, citando os textos e utilizando a mesma organização das ideias utilizados pelo autor original, mas sem fazer menção a quem sistematizou tal conjunto de conceitos e ideias.

O debate sobre o PI é importante porque joga luz sobre a necessidade de dar os créditos não apenas aos conceitos ou ideias mais evidentes de um autor, mas também aos esforços de estruturação intelectual de um corpo teórico de conhecimento sobre determinado assunto. Essas organizações teóricas demandam muito conhecimento e reflexão. Elas servem de base para que iniciantes em um determinado campo teórico sejam capazes de compreendê-lo para desenvolverem as suas pesquisas de maneira consistente. Além disso, a Pirataria Intelectual pode ser uma justificativa (possivelmente não a única) para uma reclamação comum que costumamos ouvir de pesquisadores brasileiros na área de administração de que eles não costumam se citar. No caso da PI, utilizam o texto do autor brasileiro como base, mas citam apenas os textos utilizados por esse autor sem fazer menção do(s) texto(s) originalmente utilizados para a pesquisa.

Nós organizamos a sequência do nosso artigo apresentando, primeiramente, como podemos entender o que significam práticas questionáveis de pesquisa e má conduta acadêmica, de modo a apontar o plágio como oriundo desses debates. Apresentamos também o que encontramos na literatura sobre esses temas (especialmente em periódicos de administração). Na sequência, buscamos aprofundar a noção de Pirataria Intelectual, suas características e implicações para o meio acadêmico. Ao final trazemos algumas reflexões sobre o tema, buscando oferecer alguns caminhos práticos de como mitigar a Pirataria Intelectual.

Práticas questionáveis de pesquisa e má conduta acadêmica

Práticas questionáveis de pesquisa não são, necessariamente má conduta acadêmica. Por exemplo, a iniciativa de convidar coautores para submissão de textos a periódicos e eventos científicos torna-se questionável quando tal convite é feito apenas em razão de pouca participação na elaboração (às vezes, mera sugestão teórica ou metodológica), ainda que o principal autor considere essa participação fundamental na versão final do material. No cenário acadêmico brasileiro, esse panorama costuma se formar após bancas de dissertações e teses. Tal situação se dá em consequência dos comentários e sugestões feitas durante a sessão para defesa, quando então alguns orientadores e estudantes de mestrado e doutorado terminam convidando membros da banca para participarem como coautores em artigos oriundos dos trabalhos de dissertação e tese. Casos assim enquadram-se no debate sobre autoria científica (Domingues, 2013; Rossoni, 2018; Fleming, 2021) e, eventualmente, podem se enquadrar entre casos considerados como prática questionável de pesquisa. Entretanto, cabe ressaltar que nem todos os convites para coautoria em situações como esta se configuram em prática questionável de pesquisa. Quando alguém que participa de uma banca de mestrado ou doutorado colaborando efetivamente na escrita do texto e na organização das ideias, a questão da autoria fica evidenciada de maneira inquestionável.

Em relação à má conduta acadêmica, nos referimos a toda ação que põe em risco o que autores como Devine e Chin (2018) e Summers *et al.* (2021) chamam de integridade acadêmica, revelada por um comportamento que deve ser ético com base em ações honestas e confiáveis em atividades de pesquisa e de educação. Em editorial publicado no *Journal of Management Studies*, Harley, Faems e Corbett (2014) criticam práticas de

manipulação de dados ou distorção de resultados de pesquisa com objetivo de “apagar” dados “sem significância” ou que venham a comprometer a apresentação dos resultados. Além de condenar iniciativas dessa natureza, os autores listam iniciativas tomadas pelo periódico de modo a dirimir tais práticas. O periódico, além de assegurar textos de qualidade que contribuam para disseminação do conhecimento, deve estipular mecanismos editoriais que identifiquem risco à integridade e acadêmica.

Diferentes autores usam termos variados para indicação de ações que se enquadram tanto como prática questionável de pesquisa quanto para má conduta acadêmica: fraude, trapaça, contrato de trapaça, suborno, fabricação, *ghost writing*, práticas desonestas, intertextualidade transgressora, falsificação, distorção, autoplágio, plágio, dentre outros termos (Foltýnek & Králíková, 2018; Drach & Slobodianiuk, 2020; Vaccino-Salvadore & Hall Buck, 2021; Tindall *et al.*, 2021). Aspecto que merece registro também é dos trabalhos que trataram da questão junto a estudantes. Os resultados apontam que quase 60% admitem ter participado de alguma prática questionável ou desonesta em relação às atividades acadêmicas (McCabe, Butterfield., & Trevino, 2017; Birks *et al.*, 2018; Summers *et al.*, 2021).

Na discussão apresentada neste artigo, propomos especial atenção à questão do plágio no ambiente acadêmico. Tal qual apontado por autores de diferentes áreas, o plágio deve ser analisado como fenômeno complexo (Jereb *et al.*, 2018; Tran, Hogg, & Marshall, 2022), de modo que sua explicação não se dá de maneira reducionista, uma vez que diversos fatores entram em cena para que o indivíduo venha a adotar tal comportamento. McCabe, Trevino e Butterfield (2001) listam a pressão acadêmica, os prazos insuficientes, as práticas semelhantes feitas pelos pares e a baixa possibilidade de punição.

Para Foltýnek e Králíková (2018), o plágio se configura quando alguém utiliza determinada fonte, independentemente da maneira pela qual foi obtida (repositórios digitais, materiais impressos etc.), sem dar crédito ou adequado reconhecimento de autoria. Trata-se de crescente problema acadêmico-pedagógico global (Birks, Mills, Allen, & Tee, 2020). Zejno (2018) destaca que nesse cenário, o conhecimento passa a ser (também) considerado commodity.

O plágio acontece de forma intencional (busca por benefícios, diminuição de tempo) ou de forma acidental (sem que o autor tenha consciência de que comete uma contravenção) (Gullyfer & Tyson, 2010; Sousa-Silva, 2014; Tran, Hogg, & Marshall, 2022). Entretanto, como alertam Tran, Hogg e Marshall (2022), no âmbito da pós-graduação, supõe-se nível de formação e trajetória acadêmica sejam suficientes para que determinada pessoa conduza sua carreira acadêmica apresentando comportamento íntegro para exposição de suas ideias e palavras ao relacioná-las com textos e propostas de outros autores.

É razoável reconhecer, portanto, que o plágio se manifesta de variadas formas no ambiente acadêmico, pela apropriação *ipsis litteris* de trechos do material publicado, como também em formas disfarçadas como apropriação de ideias, argumentos ou estrutura teórica, sem que sejam apresentadas as mesmas palavras ou termos do texto original. A detecção do plágio refinado torna-se mais difícil, pois nem mesmo os *softwares* detectores de plágio são capazes de identificar a apropriação indevida. Tal situação ocorre em razão de que as palavras e os termos utilizados no texto plagiador são diferentes do original, mas a tanto ideia quanto o argumento com base em determinado campo conceitual são os mesmos.

A Pirataria Intelectual (PI)

A Pirataria Intelectual está relacionada à cópia da organização teórica produzida por alguém, envolvendo algum tipo de revisão conceitual ou de literatura. Portanto, não se trata da cópia de uma sequência de palavras, mas sim da organização de um pensamento sobre um corpo teórico. Irigaray (2020, p. 3) diz que

[u]m pirata intelectual é astuto o suficiente para produzir um texto aparentemente genuíno; ou seja, não há paráfrases, as citações são bem-feitas, o índice de similaridade de seu trabalho é baixo. Então, onde estaria o crime? Ele se apropria do que há de mais relevante em um estudo: a ideia, a sequência lógica, o encadeamento do raciocínio. Aí há a verdadeira violação dos direitos autorais (Irigaray, 2020, p. 3).

Muitas vezes, a compreensão de algum autor, teoria ou campo teórico é complexa. Para dar conta dessa complexidade, muitos pesquisadores são obrigados a desenvolver uma organização/sistematização própria para oferecer um encadeamento de um raciocínio que seja capaz de aumentar ou facilitar a compreensão de algum autor, alguma teoria ou mesmo um campo teórico. Ou seja, a maneira pela qual o pesquisador apresenta uma maneira sistematizada sobre um corpo científico é fruto de uma produção intelectual original, ainda que o tema tratado (por vezes) não seja. Na prática, a sistematização representa escolhas e construções intelectuais do pesquisador que representam uma forma de pensamento. Na Pirataria Intelectual, o pirata (plagiador) não copia palavras, mas a sistematização desenvolvida por outra pessoa, sem fazer menção ao trabalho dela.

As evidências da Pirataria Intelectual são sutis e são normalmente percebidas pelo criador de uma sistematização ou outras pessoas muito conhecedoras do trabalho desse mesmo criador. Do contrário, não é possível identificar esse tipo de plágio por meio de sistemas criados para identificar similaridade entre trabalhos acadêmicos. Os elementos mais comuns presentes na Pirataria Intelectual são: a) semelhança na escolha de autores para citar, b) semelhança das citações diretas e/ou indiretas; c) semelhança dos conceitos escolhidos para o desenvolvimento do trabalho; d) ordem da apresentação de ideias e/ou conceitos.

A **semelhança na escolha de autores para citar** parece ser o caso mais comum da Pirataria Intelectual. O trabalho plagiado costuma ter uma equivalência grande no número de autores presentes no trabalho original. Em um primeiro momento, é possível imaginar que seja uma mera coincidência ou que determinado campo de pesquisa tenha um número limitado de autores citáveis. Entretanto, quando é feita uma leitura mais atenta do trabalho do plagiador, é possível notar que a coincidência se trata de uma cópia das escolhas do autor original como se ele não tivesse conduzido o trabalho de escolha de autores para citar, assim como organizá-los de maneira lógica no texto.

Outro aspecto derivado do primeiro é a **semelhança das citações diretas e/ou indiretas** existentes no texto do plagiador. Com exceção de algumas passagens clássicas que existem em determinado campo de pesquisa sobre algum autor clássico, não se trata de uma coincidência que as citações diretas e indiretas sejam feitas no mesmo padrão do texto original (às vezes, até na mesma ordem). Porém, um olhar mais atento ao texto plagiado evidencia que, apesar de nele conter citações de autores clássicos ou famosos, a organização do texto está amparada em quem sistematizou aquele conjunto de autores e ideias e não nos autores citados. Dependendo do nível do plágio, é possível notar que o plagiador não leu (ou não entendeu) os textos citados por ele de modo a deixar ainda mais evidente que se trata de uma leitura/compreensão particular do texto/autor que foi plagiado. Em resumo, o plagiador cita textos que pouco ou nada conhece e reproduz a

organização e interpretação do autor/texto plagiado, inclusive com vieses e inconsistências presentes no original.

A **semelhança dos conceitos escolhidos para o desenvolvimento do trabalho** está relacionada à cópia dos conceitos utilizados por alguém para desenvolver uma linha de raciocínio e sustentar uma tese. Quando um plagiador elege o mesmo conjunto de conceitos sem fazer citação a quem apresentou aquela organização inicialmente, ele termina ignorando que a sistematização feita é originária de uma construção intelectual própria. Mesmo que os conceitos utilizados não sejam originais e façam parte do repertório de outros pesquisadores, a maneira como eles são mobilizados e apresentados partem de uma construção que envolve escolhas com base em uma proposta de trabalho intelectual.

Como desdobramento do ponto anterior, temos a **cópia da ordem da apresentação de ideias e/ou conceitos**. Ou seja, além de selecionar os mesmos conceitos do trabalho plagiado, muitas vezes o plagiador utiliza uma ordem semelhante de apresentação e “articulação” dos conceitos. Novamente, mesmo que os conceitos não sejam novos, toda vez que alguém sistematiza um conjunto de conceitos em um trabalho científico está apresentando (no mínimo) um encadeamento de raciocínio que levou muito tempo para ser construído.

Motivadores da Pirataria Intelectual

Além de apresentar o que constitui a Pirataria Intelectual, pensamos ser importante oferecer alguma reflexão sobre as razões pelas quais tal fenômeno ocorre. Certamente, uma primeira ideia é relacionar a PI às pressões existentes no meio acadêmico por publicação e o quanto a carreira do pesquisador está atrelada a esse quesito (Lewis, Duchac & Beets, 2011; Pfleeger, Katz & Bowers, 2019). Entretanto, a noção de *publish or perish* não dá conta de explicar isoladamente a Pirataria Intelectual. Vamos focar em outros elementos que costumam estar pouco presentes na literatura da educação em administração ou da ética em administração e que estão associados à PI. Temos a) a questão da complexidade do pensamento científico, b) compreensão de textos em outros idiomas, c) falta de uma pedagogia da escrita acadêmica e d) o papel dos orientadores no processo de escrita acadêmica.

A **complexidade do pensamento científico** é um elemento pouco considerado entre acadêmicos diante de um contexto de *publish or perish*. A produção de um texto científico não é algo trivial e demanda um conjunto de conhecimentos e habilidades que são desenvolvidas ao longo do tempo. Um primeiro passo para conseguir escrever um texto científico interessante é a capacidade do autor de compreender o que já existe produzido no meio acadêmico. Ou seja, além de ler os textos, é preciso assimilar os conteúdos. Isso não é tarefa fácil, uma vez que boa parte dos textos científicos são herméticos e demandam um nível de abstração elevado. A falta de compreensão de alguns textos (especialmente os clássicos), faz com que muitos acadêmicos lancem mão de comentadores para compreender o pensamento de alguém ou mesmo o significado de algum conceito. Essa falta de compreensão dos originais faz com que vários autores escrevam sobre determinado autor ou conceito não a partir do original, mas de outro autor/texto que apresenta uma explicação “simplificada” do original. Essa situação pode levar à Pirataria Intelectual pela falta de capacidade de compreensão de textos originais.

Outro aspecto bem comum para pesquisadores é a dificuldade de **compreensão de textos em outros idiomas**. Isso pode fazer com que textos no idioma do pesquisador comentando sobre os originais (em outro idioma) sejam o caminho mais fácil na busca por compreender determinado assunto. O problema da Pirataria Intelectual aqui é que as

peças não assumem que não leram o original (ou que não compreenderam bem) e não citam o texto que ajudou na compreensão de determinado assunto. Agem como se tivessem lido o original diretamente, sem a ajuda de algum comentador. Além de limitar o acesso e compreensão de determinado autor ou ideia, faz com que a sistematização de outras pessoas sobre aquele autor ou ideia sejam copiadas como se fossem a representação do original.

A falta de uma pedagogia da escrita acadêmica no processo de formação de pesquisadores também contribui para a Pirataria Intelectual, uma vez que a maioria das pessoas terminam aprendendo a escrever um texto científico por mimetismo e heurística. Nesse modelo de aprendizagem, pouco ou nada é apresentado para que os estudantes possam entender a importância do conhecimento original, reconhecer um pensamento original e, mais importante, construir um pensamento original. Mais do que abordar um tema novo ou interessante, é preciso desenvolver um pensamento original sobre esse tema. A falta de preocupação pedagógica sobre isso, faz com que muitas pessoas terminem copiando as sistematizações teóricas construídas por outras pessoas.

O papel dos orientadores no processo de escrita acadêmica também é fundamental em como futuros pesquisadores vão desenvolver os seus trabalhos. Os orientadores exercem dupla função. A primeira é no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades da escrita acadêmica em si, o que envolve atenção especial em como construir um trabalho original de modo a facilitar o caminho para um diálogo em um determinado campo acadêmico. A segunda função, geralmente negligenciada (Honig & Bedi, 2012), é de guiar os futuros pesquisadores dentro de padrões éticos, tanto na pesquisa quanto na escrita científica. Os orientadores devem ser o primeiro filtro da Pirataria Intelectual, identificando o problema durante o processo de formação e ajudando a superá-lo. Muitos orientadores costumam não ler atentamente os trabalhos de seus orientandos, inclusive artigos que constam seus nomes e podem ter a PI presente. Certa vez, quando um dos autores deste ensaio encontrou Pirataria Intelectual em uma tese de doutorado, o orientador, quando comunicado, minimizou o problema e sugeriu como “solução” a retirada do texto da tese do banco de teses da instituição. Ou seja, além de não ter tomado nenhuma providência rigorosa sobre o problema, sugeriu como solução “escondê-lo”, ao retirar a tese do repositório institucional. Posturas como esta reforçam o problema da Pirataria Intelectual e do plágio como um todo (Berlinck, 2011; Honig & Bedi, 2012).

Um Efeito Colateral da Pirataria Intelectual na Área de Administração no Brasil

Podemos citar como um efeito colateral da Pirataria Intelectual no contexto brasileiro da área de administração a prática da não citação de brasileiros por brasileiros. A área de administração (assim como boa parte da ciência global) tem predominância das suas publicações em língua inglesa. Da mesma forma, a maioria dos autores utilizados na construção de trabalhos acadêmicos trabalham em universidades do Norte Global (com predominância dos países anglo-saxões) e de revistas com corpo editorial com mesmas características. É difícil encontrar trabalhos científicos em administração em que a construção teórica é predominantemente de autores brasileiros ou do Sul Global (Alcadipani, Khan, Gantman & Nkomo, 2012).

Entendemos que esse contexto é fértil para a Pirataria Intelectual. As características e fatores motivadores mencionados nos tópicos anteriores nos ajudam entender (em parte) esse fenômeno. Isso porque a supervalorização da produção do Norte Global (Barros & Alcadipani, 2022), somada às dificuldades da complexidade do texto científico e às barreiras do idioma, faz com que muitos pesquisadores do Brasil busquem

textos de brasileiros que são reconhecidos como conhecedores de determinado autor, abordagem ou teoria para compreender o fenômeno que estão estudando. Entretanto, o mesmo reconhecimento não está presente em citações dos textos que foram consultados para entender o que estavam pesquisando. Isso faz com que a Pirataria Intelectual apareça, uma vez que os textos dos autores do Norte Global são citados pelos plagiadores brasileiros na mesma sistematização teórica criada pelo autor brasileiro tido como referência. Certamente, esse aspecto não deve ser o único que faz com que brasileiros não se citem usualmente, mas é relevante dentro da Pirataria Intelectual.

Conclusão

Nesta parte final do texto, vale apresentar algumas reflexões para além daquelas já muito debatidas sobre plágio, que versam sobre os problemas legais, de originalidade e de reputação (Gullyfer & Tyson, 2010; Sousa-Silva, 2014; Tran, Hogg, & Marshall, 2022). Entendemos que a Pirataria Intelectual envolve também outros aspectos que recebem pouca atenção nos debates acadêmicos como, por exemplo, a responsabilidade dos orientadores na formação de futuros acadêmicos, a deficiência no reconhecimento da sistematização teórica como processo autoral, a necessidade do desenvolvimento de pedagogias que promovam o protagonismo autoral e o desenvolvimento de novas teorizações e teorias. Soma-se a necessidade do reconhecimento e da valorização da produção nacional como meio de fortalecimento (e não subordinação) da produção internacional anglo-saxã e eurocêntrica (Alcadipani, Khan, Gantman & Nkomo, 2012; Barros & Alcadipani, 2022).

A Pirataria Intelectual, portanto, mais do que um problema ético-legal, representa também uma deficiência de formação acadêmico-científica. Ela expõe as fragilidades de um sistema de formação *stricto sensu* orientado para a tecnicidade e operacionalização de teorias, de métodos e - mais lamentável ainda - de ideias com vistas ao atingimento de metas orientadas para o produtivismo. Na prática, isso pode ser representado pelo diploma, pelo título, pelo artigo ou pelas bolsas produtividade em pesquisa como fins últimos da pesquisa científica e da construção intelectual.

Entendemos que a mitigação da Pirataria Intelectual deve acontecer em dois sentidos. O primeiro é do aumento das denúncias quando o problema for identificado. Tais denúncias devem ser apuradas e punidas com rigor por orientadores (primeiro filtro), revistas científicas e associações acadêmicas. A criação de canais de denúncias e de protocolos de como encaminhar essas denúncias são fundamentais para que a Pirataria Intelectual não fique impune. O segundo passa pela necessidade de maior reflexão sobre o papel da pós-graduação que, antes de pensar em realizar pesquisas, precisa assumir a sua função de formação de pesquisadores (Bispo, 2020). Tal papel exige o desenvolvimento de pedagogias que possibilitem o desenvolvimento do pensamento crítico e, especialmente, a capacidade de construção autoral (original) por meio de sistematizações teóricas, teorizações e teorias.

Os dois caminhos (denúncia e formação acadêmica), uma vez combinados, podem contribuir na superação dessa prática que se apresenta como desonesta em alguns casos, e como limitação de formação acadêmica em outros. A desonestidade e a má formação acadêmica também justificam em parte a não citação de trabalhos entre brasileiros como efeito colateral. Pela perspectiva da desonestidade, a não citação entre brasileiros passa pela ideia de demarcar um terreno que não existe, ignorando os trabalhos nacionais já publicados com o entendimento de supervalorização da produção no Norte Global. Soma-se a isso a utilização de trabalhos brasileiros como meio de compreensão de determinado autor, teoria ou método e construir um texto como se tivesse lido e compreendido os

originais sem ter passado pelo autor ou trabalho brasileiro. Pela perspectiva da má formação, os jovens pesquisadores, pela falta de orientação sobre autoria e originalidade, terminam copiando uma sistematização teórica e apresentando-a como sua.

A Pirataria Intelectual é uma prática que joga luz para problemas presentes no cotidiano da academia, que pouco são discutidos e não recebem o devido tratamento legal e formativo necessários para que o problema seja superado.

Referências

- Alcadipani, R., Khan, F. R., Gantman, E., & Nkomo, S. (2012). Southern voices in management and organization knowledge. *Organization, 19*(2), 131–143.
- Barros, A., & Alcadipani, R. (2022). Decolonizing journals in management and organizations? Epistemological colonial encounters and the double translation. *Management Learning*, Online First. doi:10.1177/13505076221083204
- Berlinck, R. G. S. (2011). The academic plagiarism and its punishments - a review. *Revista Brasileira de Farmacognosia, 21*(3), 365-372.
- Bettaieb, D. M., Alawad, A. A. & Malek, R. B. (2022). Visual plagiarism in interior design: is it easy to recognise? *International Journal for Educational Integrity, 18*(7), 1-20.
- Birks, M., Mills, J., Allen, S., & Tee, S. (2020). Managing the mutations: academic misconduct in Australia, New Zealand and the UK. *International Journal for Educational Integrity, 16*(6), 1-15.
- Birks, M., Smithson, J., Antney, J., Zhao, L., & Burkot, C. (2018). Exploring the paradox: A cross-sectional study of academic dishonesty among Australian nursing students. *Nurse Education Today, 65*, 96–101.
- Bispo, M. de S. (2020). Contradições da pós-graduação em administração brasileira. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM, 19*(2), 169-180.
- Caldwell, C. (2010). A Ten-Step Model for Academic Integrity: A Positive Approach for Business Schools. *Journal of Business Ethics, 92*(1), 1-13.
- Devine, C. A., & Chin, E. D. (2018). Integrity in nursing students: A concept analysis. *Nurse Education Today, 60*, 133–138.
- Domingues, E. (2013). Autoria em tempos de "produtivismo acadêmico". *Psicologia em Estudo, 18*(2), 195-198.
- Drach, I., & Slobodianiuk, O. (2020). Building a Culture of Academic Integrity in the Student Environment Case of Vinnitsia National Technical University (Ukraine). *Creative Education, 11*, 1442-1461.
- Fanelli, D., Costas, R., Larviere, V. (2015). Misconduct policies, academic culture and career stage, not gender or pressure to publish, affect scientific integrity. *PLoS ONE, 10*(6), e0127556.
- Fleming, N. (2021). The authorship rows that sour scientific collaborations. *Nature, 594*, 459-462.
- Foltýnek, T., & Králíková, V. (2018). Analysis of the contract cheating market in Czechia. *International Journal for Educational Integrity, 14*(1), 1-15.

- Fraser, H., Parker, T., Nakagawa, S., Barnett, A., & Fidler, F. (2018). Questionable research practices in ecology and evolution. *PLoS ONE*, *13*, e0200303.
- Gullyfer, J., & Tyson, G. A. (2010). Exploring university students' perceptions of plagiarism: a focus group study. *Studies in Higher Education*, *35*(4), 463–481.
- Harley, B., Faems, D., & Corbett, A. (2014). A Few Bad Apples or the Tip of an Iceberg? Academic Misconduct in Publishing. *Journal of Management Inquiry*, *51*(8), 1361-1363.
- Honig, B., & Bedi, A. (2012). The Fox in the Hen House: A Critical Examination of Plagiarism Among Members of the Academy of Management. *Academy of Management Learning & Education*, *11*(1), 101-123.
- Irigaray, H. A. R. (2020). Plágio e pirataria na academia: entre Mizner e o Código Penal Brasileiro. *Cadernos Ebape*, *18*(3), 1-6.
- Jereb E., Urh, M., Jerebic, J., & Šprajc, P. (2018). Gender differences and the awareness of plagiarism in higher education. *Social Psychology of Education*, *21*(2), 409-426.
- Lewis, B. R., Duchac, J. E., & Beets, S. D. (2011). An Academic Publisher's Response to Plagiarism. *Journal of Business Ethics*, *102*, 489-506.
- McCabe, D. L., Butterfield, K., & Trevino, L. (2017). *Cheating in college*. John Hopkins University Press.
- McCabe, D. L., Trevino, L., & Butterfield, K. (2001). Cheating in Academic Institutions: A Decade of Research. *Ethics & Behavior*, *11*(3), 219-232.
- Patel, J. (2022). Guest article: Research misconduct. *Committee on Publication Ethics - COPE*. Disponível em: <https://publicationethics.org/news/research-misconduct-great-unknown>. Acesso em 9 de abril de 2022.
- Pfleegor, A. G., Katz, M., & Bowers, M. T. (2019). Publish, Perish, or Salami Slice? Authorship Ethics in an Emerging Field. *Journal of Business Ethics*, *156*, 189-208.
- Rossoni, L. (2018). Editorial: Produtivismo e Coautoria Cerimonial. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM*, *17*(2), i-viii.
- Sousa-Silva, R. (2014). Investigating academic plagiarism: a forensic linguistics approach to plagiarism detection. *International Journal for Educational Integrity*, *10*(1), 31–41.
- Summers, A., Wadsworth, D., Bratby, K., Hobbs, E., & Wood, D. (2021). The Experiences of Healthcare Students Who Have Been Accused of Breaching Academic Integrity: A Study Protocol. *International Journal of Qualitative Methods*, *20*, 1-6.
- Tindall, I. K., Fu, K.W., Tremayne, K., & Curtis, G. J. (2021). Can negative emotions increase students' plagiarism and cheating? *International Journal for Educational Integrity*, *17*(25), 1-16.
- Tourish, D., & Craig, R. (2020). Research Misconduct in Business and Management Studies: Causes, Consequences, and Possible Remedies. *Journal of Management Inquiry*, *29*(2), 174–187.
- Tran, M. N., Hogg, L., & Marshall, S. (2022). Understanding postgraduate students' perceptions of plagiarism: a case study of Vietnamese and local students in New Zealand. *International Journal for Educational Integrity*, *18*, 3.

Vaccino-Salvadore, S., & Hall Buck, R. (2021). Moving from plagiarism police to integrity coaches: assisting novice students in understanding the relationship between research and ownership. *International Journal for Educational Integrity*, 17(20), 1-18.

Zejno, B. (2018). Plagiarism in academic writing among students of higher learning institutions in Malaysia: An Islamic perspective. *Journal of Education and Social Sciences*, 9(3), 1-4.